

Eliane Brenneisen

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

Introdução

A agricultura familiar representa um setor significativo na economia brasileira e, em decorrência disso, o Estado, atendendo às suas reivindicações, tem procurado desenvolver políticas públicas, principalmente no que se refere ao crédito, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Tais políticas, embora fundamentais à reprodução da agricultura familiar, constituem-se em programas parciais que não alcançam às diversas dimensões da vida do homem do campo, como, por exemplo, suas necessidades educacionais, de saúde, culturais e de lazer. Em vista disso, organizações não governamentais (ONGs), com atuação no meio rural, têm exercido um papel fundamental na formulação e implementação de ações específicas no campo – exigindo nesse processo a participação do Estado –, ações que, por sua vez, são

Eliane Brenneisen é doutora em ciências sociais pela PUC-SP e professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

viabilizadas por meio de parcerias com outras instituições, visando a promoção do desenvolvimento rural sustentável nas comunidades em que atuam.

É nesse sentido que foi concebido o projeto “Vida na Roça”, uma iniciativa da Associação de Serviço e Orientação Rural (Assesoar), entidade não governamental fundada no ano de 1966 por padres belgas e sediada no município de Francisco Beltrão. A Assesoar procurou desenvolver parcerias, inicialmente junto ao sindicato de trabalhadores rurais e, depois, junto a uma instituição de ensino superior municipal (hoje integrada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste), com a finalidade de selar um projeto de desenvolvimento rural sustentável. Esse projeto se deu no ano de 1996 e a comunidade rural escolhida inicialmente foi a de Jacutinga, localizada no município de Francisco Beltrão, sudoeste do Estado do Paraná. Tal escolha ocorreu pelo fato de tratar-se de uma comunidade considerada coesa e na qual a Assesoar anteriormente já havia atuado através de ações de desenvolvimento local. Na atualidade o projeto se estendeu para as demais comunidades rurais do município de Francisco Beltrão, passando a ser denominado *Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável*.

O objetivo deste artigo, resultado de uma pesquisa qualitativa centrada no relato dos sujeitos sociais por meio da realização de entrevistas com roteiro previamente elaborado, é o de resgatar aspectos da experiência desenvolvida na comunidade rural de Jacutinga, no período 1996-2003. O projeto tem como referência a realização de diversas ações conduzidas simultaneamente; no entanto, nos limites deste texto, procurar-se-á resgatar somente as dinâmicas introduzidas na comunidade em suas dimensões econômica, ambiental e educacional. Ao resgatar o projeto desde sua formulação inicial até sua consolidação, percebe-se que, não obstante os ganhos políticos e econômicos verificados, experiências dessa natureza quando colocadas em prática – mes-

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

mo pautadas pelo ideário de sustentabilidade e pelo estabelecimento de relações sociais democráticas – apresentam tensões e fissuras, algumas delas inerentes aos processos sociais e outras relacionadas à maneira como foram desenhados os projetos específicos. Ao se trazer essa experiência nos seus detalhes empíricos – detalhes esses nem sempre considerados por aqueles que formulam políticas globais ou consideradas mais abrangentes, sejam acadêmicos ou técnicos das instituições estatais/organismos multilaterais¹ –, espera-se contribuir para a compreensão dos desafios que se apresentam às ações de desenvolvimento em base local, ali onde, de fato, o desenvolvimento se faz. Antes de nos adentrarmos no projeto em si, procuraremos situar, ainda que de maneira extremamente breve, o projeto em questão no debate mais amplo a respeito do desenvolvimento rural sustentável, além de trazer dados históricos e culturais sobre a comunidade na qual teve lugar a referida experiência que nos interessa aqui apresentar.

Desenvolvimento rural sustentável: uma sucinta abordagem

O padrão de desenvolvimento que predominou no pós-guerra, como se sabe, centrava-se no crescimento econômico numa perspectiva voltada essencialmente para os aspectos produtivos. Não obstante seu reconhecido sucesso do ponto de vista econômico e os altos índices de produtividade experimentados naquele tempo de expansão capitalista, esse modelo, baseado na racionalidade tecnológica e expulsão do trabalho, mostrou-se desastroso tanto do ponto de vista social quanto ambiental. É em relação a este último aspecto, sobretudo no tocante ao caráter predatório inerente ao paradigma anterior, que emerge com vigor, fruto de intensos debates que culminaram na organiza-

¹ Embora obviamente se reconheça a importância de se elaborar diretrizes mais amplas e os esforços empreendidos nesse sentido.

ção da Conferência Rio 92, o conceito de desenvolvimento sustentável, constituindo-se, a partir dos anos 1990, em um novo paradigma para o desenvolvimento, especialmente no que se refere ao desenvolvimento rural.

Antes mesmo da organização da Conferência Rio 92, é importante lembrar o surgimento do primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Humano (1990), realizado no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), organizado justamente a partir dos debates anteriores, quando se constata que o crescimento econômico é uma condição para o desenvolvimento, mas, por si só, insuficiente, vale dizer, os resultados econômicos não se traduzem automaticamente em benefícios sociais nem tampouco se estendem ao conjunto da população. José Eli da Veiga (2006a) assinala a importância, nesse debate, do livro de Celso Furtado *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), em que este autor demonstra como o desenvolvimento econômico, como mito do progresso, tem sido usado ideologicamente pela sociedade industrial, justificando assim o caráter predatório do sistema produtivo engendrado ao longo desses anos. O fato é que nos dias de hoje a antiga utopia industrialista não é mais sustentável, como bem assinala Veiga (2005a: 5), emergindo no cenário econômico e político uma nova utopia, essa também ainda longe de apresentar contornos mais precisos.²

A partir das constatações de que apenas a elevação do Produto Nacional Bruto (PNB) não redundava em desenvolvimento e dos aludidos intensos debates, os quais receberam contribuições de cientistas sociais diversos, o próprio conceito de desenvolvi-

² Veiga (2005b) até arrisca em seu último livro preannunciar a possibilidade de uma outra sociedade que substitua o capitalismo – bem diferente da antiga utopia socialista – ante a emergência de um novo ideário que vem redesenhando o que seria a sociedade do futuro.

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

mento passa por um processo de complexificação, resultando na valoração de outras variáveis, até então desmerecidas pelos economistas considerados mais ortodoxos. Uma dessas variáveis refere-se à busca de uma perspectiva de desenvolvimento que supere a visão produtivista ou determinista do econômico, na qual a dimensão econômica fosse concebida como indissociável dos aspectos ambientais. Além do aspecto propriamente ambiental, o conceito de desenvolvimento rural sustentável vem recebendo outros contornos na medida em que os atores da sociedade civil desenvolvem novos conteúdos e interpretações, fruto da experiência acumulada ao longo, pelo menos, das duas últimas décadas (Veiga, 2000). Esse debate sobre a sustentabilidade envolve, ainda, acadêmicos e técnicos dos organismos estatais, cuja contribuição tem sido fundamental para colocar na pauta dos governos federal, estaduais e municipais, aspectos do desenvolvimento sustentável, como os educacionais, por exemplo, os quais historicamente têm recebido pouca atenção em comparação com aqueles considerados mais relevantes ou de maior urgência. Construída, portanto, por um conjunto diverso de atores, essa abordagem leva em conta a qualidade de vida, associando a dimensão econômico-ambiental a outros aspectos da vida, constituindo-se em uma concepção de desenvolvimento que busca dar conta dos múltiplos aspectos da existência humana.

Talvez as idéias defendidas pelo economista indiano Amartya Sen (2000), interpretando “desenvolvimento como liberdade”, título de seu livro contendo as conferências proferidas quando era membro da presidência do Banco Mundial, tenham sido as que mais influenciaram os debates ocorridos nos anos 1990. Sen (2000: 52) parte da premissa de que desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades que as pessoas desfrutam e essas, por sua vez, são consideradas por ele como fim primordial e também o principal meio do desenvolvimento. No entan-

to, salienta a imprescindibilidade para que isso ocorra de certas disposições sociais e econômicas centrando esforços no que se refere à educação e saúde. Para Sen (2000: 19), “a ligação entre liberdade individual e realização de desenvolvimento social vai muito além da relação constitutiva – por mais importante que ela seja. O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento das iniciativas”.

Sen (2000) não desmerece o crescimento econômico e outras variáveis relacionadas à renda, mas constata sua insuficiência para o desenvolvimento, salientando ainda o papel do mercado para o crescimento econômico e a liberdade para dele participar, porém, sem a exclusão da necessária regulamentação e financiamentos públicos, do papel mesmo do Estado nesse processo. Para a promoção do desenvolvimento, Sen (2000: 23) demonstra a importância de se estabelecer uma rede de instituições diversas, incluindo mercados e instituições relacionadas ao mercado, governos e autoridades locais, partidos políticos e outras instituições cívicas, sistemas educacionais e oportunidade de diálogo e debate abertos. Destaca ainda (Sen, 2000: 55-56) a relevância das políticas públicas visando o aumento das liberdades dos indivíduos e expansão das capacidades de levar a vida que as pessoas valorizam. Ressalta cinco tipos de liberdades instrumentais que se encontram relacionadas umas às outras: liberdades políticas (as propriamente democráticas, incluindo direitos políticos e civis), facilidades econômicas (possibilidades de utilização dos recursos econômicos relativos ao consumo, produção e troca, incluindo acesso ao crédito), oportunidades sociais (acesso aos serviços de educação e saúde), garantias de transparência e segurança protetora (confiança nas regras do sistema e garantia das disposições institucionais fixas). Para ele, mais que relacionadas, estabelece-se mesmo um enca-

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

deamento entre os diferentes tipos de liberdade, e as alterações provocadas numa de suas disposições repercutem nas demais.

Para Sen (2000: 47), a condição de agente dos indivíduos é *sine qua non* para a promoção do desenvolvimento, considerando sempre as escolhas que cada pessoa faz e os valores que acompanham essas escolhas ou, nas palavras de Sen (2000: 94), a capacidade “de escolher uma vida que se tem razão para valorizar”. Referindo-se à importância da participação efetiva dos indivíduos na promoção do desenvolvimento, assinala que:

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda (Sen, 2000: 71).

A abordagem em questão, formulada por um conjunto de atores e instituições sociais, tem ainda como pressuposto a participação efetiva da população local nos assuntos que dizem respeito à sua vida, considerando sempre as fases de elaboração, execução e avaliação dos projetos. Nessa concepção, as ações são construídas pela comunidade, partindo-se do pressuposto de que esta conhece melhor que ninguém sua realidade social e cultural e aquilo que é melhor para seus membros. Dessa maneira, evitam-se as já tão conhecidas políticas públicas verticalizadas, abrindo-se a possibilidade para que os atores sociais se tornem protagonistas de seu próprio desenvolvimento, um dos requisitos fundamentais (mas não o único) para a tão almejada

autonomia na agricultura e para a emancipação política dos sujeitos sociais.³

Certamente, não se deve lançar mão de um olhar idealizado ou romantizado da participação, sobretudo se tais metodologias são inseridas em contextos nos quais imperam as diversas modalidades de clientelismo ou naqueles casos em que a comunidade, sob o manto da participação, é simplesmente chamada a convalidar agendas previamente definidas pelas instituições e/ou organizações, ou seja, naqueles casos em que a comunidade é manipulada oferecendo seu consentimento a programas já definidos por essas agências. Ademais, diversos autores têm chamado a atenção para a necessidade de uma abordagem teórica e analítica da participação, escapando-se assim das abordagens de tipo mais voluntaristas. É nesse sentido que Hickey e Mohan (2004) problematizam a participação, procurando inseri-la dentro de uma política radical de desenvolvimento. Para os autores, muito além de um método técnico de trabalho, a participação constitui-se em uma política de empoderamento, mais precisamente de “participação para o empoderamento”, a qual deve estar vinculada – analítica e teoricamente – à noção de cidadania, entendendo esse conceito “não somente como um jogo de obrigações legais, mas também das práticas com que os indivíduos ou grupos formulam e reivindicam novos direitos ou se esforçam para manter e expandir os direitos existentes” (Hickey e Mohan, 2004: 252). Assim como Sen (2000), esses autores demonstram a importância da construção de um projeto político compartilhado entre Estado e sociedade civil, forjando alianças para o desenvolvimento.

³ Acerca da busca da autonomia na agricultura, consulte-se: Almeida, 1996; 1999. Uma análise sobre o desenvolvimento socioambiental, encontra-se em Brandenburg e Ferreira, 2002.

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

Seguindo o pensamento dos autores mencionados, sobretudo as concepções de Sen (2000) acerca do desenvolvimento, um outro autor que tem oferecido valiosa contribuição ao debate é Ignacy Sacks, especialmente no que se refere ao desenvolvimento rural em termos gerais e também no que concerne às especificidades do Brasil, dada sua proximidade com o país por meio de trabalhos de pesquisa desenvolvidos e conferências proferidas. Em seu mais recente livro *Inclusão social pelo trabalho. Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte*, Sacks advoga as possibilidades de “crescimento puxado pelo emprego”, principalmente por meio da expansão e consolidação da agricultura familiar (Sacks, 2003: 58). Diante da impossibilidade de se gerarem empregos industriais na velocidade exigida, nesse estudo o autor demonstra as muitas alternativas de empregos passíveis de serem gerados no meio rural, a um custo muito menor, por meio de atividades não agrícolas, nas pequenas indústrias descentralizadas e nos serviços técnicos (idem: 92). Sacks vem ressaltando em diversas ocasiões as extraordinárias potencialidades do Brasil, sobretudo se observado o trinômio biodiversidade-biomassa-biotecnologia, bem como as possibilidades ainda não exploradas de desenvolvimento rural – os muitos nichos de mercado – como as já mencionadas instalações de pequenas indústrias no meio rural que processam os produtos primários e agregam valor à produção e à diversificação econômica, combinando atividades agrícolas e não agrícolas,⁴ com melhor aproveitando da mão-de-obra familiar (Sacks, 2003: 105).

Como se sabe, são significativos os exemplos de nações desenvolvidas que priorizaram a agricultura familiar – como o Canadá, a França e a Dinamarca –, o que estimula a necessidade, também no Brasil, da adoção de estratégias de desenvolvimen-

⁴ Consulte-se também Schneider, 1999; 2003.

to rural voltadas (ou que continuem a apoiar, no presente caso, com ações propriamente estatais associadas às iniciativas da sociedade civil) a esse expressivo segmento econômico e social.

De acordo com dados do censo agropecuário de 1995-96 do IBGE, somam-se, no país, 4,3 milhões de estabelecimentos rurais familiares. Esses estabelecimentos resultaram em ocupação para 13,78 milhões de pessoas, o equivalente a 76,9% dos postos de trabalho no meio rural. O valor bruto da produção agrícola familiar representa 37,9% do total do país. No Sul do país, segundo ainda os mesmos dados do IBGE, dos 994 mil estabelecimentos agropecuários existentes nessa área, 91% são familiares. Essas propriedades geram 2,84 milhões de empregos, responsáveis por 57% da produção.

Esses dados confirmam que o segmento *agricultura familiar* constitui um setor significativo na economia do país e um lócus privilegiado para ações de desenvolvimento. No entanto, a elaboração de uma estratégia nacional objetivando a promoção do desenvolvimento rural sustentável, como observa Navarro (2001), esbarra em limites estruturais como, por exemplo, aqueles relacionados à diversidade regional e à conseqüente heterogeneidade das atividades agrícolas e rurais. Não obstante os limites apresentados, estratégias de desenvolvimento regional e local têm sido fomentadas, sobretudo em regiões de predominância da agricultura familiar, como é o caso da região Sudoeste do Estado do Paraná. Além disso, não são poucos os autores que têm chamado atenção para a necessidade de se pensar o desenvolvimento a partir de uma perspectiva territorial (Abramovay, 2000; Sacks, 2003; Veiga, 2005c; 2006b), demonstrando que é no plano local que se articulam as forças sociais e que se buscam soluções para os muitos problemas enfrentados pelos agricultores familiares.

O local e o cotidiano representam o plano onde se manifestam, em última instância, o desenvolvimento ou a falta dele.

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

É aí que se dá a participação dos diferentes atores – trabalhadores, empresários, poderes públicos e terceiro setor. É no plano local que se buscam soluções para os conflitos, se negociam compromissos e se constroem, na medida do possível, sinergias. É também aí que surgem iniciativas e inovações com horizontes temporais que transcendem o imediato, que nascem os arranjos produtivos locais e que se iniciam os encadeamentos a jusante e a montante das atividades exercidas (Sacks, 2003: 143).

Organizados em suas entidades – sindicatos e ONGs fundamentados nas premissas anteriormente referidas –, os agricultores familiares têm buscado estabelecer articulações envolvendo os organismos estatais. Eles também têm resistido à imposição de determinadas políticas públicas ao mesmo tempo que procuram alternativas estratégicas que se revelam na opção por sistemas produtivos baseados em métodos naturais, livres de agroquímicos, como nos processos da chamada “agricultura orgânica”. Buscam ainda processos de agroindustrialização em pequena escala associados a meios que viabilizem uma comercialização mais autônoma (Almeida, 1996; 1999).

Essa abordagem específica de desenvolvimento rural sustentável esteve presente no projeto “Vida na Roça”, desde as suas primeiras formulações, ainda que não em sua concretização. Vale ressaltar, porém, que a concepção de desenvolvimento sustentável se fez mais presente por conta da atuação da Assessor do que propriamente devido a uma iniciativa dos demais parceiros, em razão da antiga inserção dessa organização não governamental no meio rural da região Sudoeste do Paraná e à experiência acumulada por seus agentes durante vários anos.

Certamente, um projeto dessa natureza proporciona mudanças no ambiente sociopolítico, econômico e educacional das comunidades em que é desenvolvido, como se procurará demonstrar. Não obstante, como já referido, ver-se-á também que, mesmo

referenciados pelo ideário de sustentabilidade e por princípios democráticos e participativos, projetos dessa natureza – quando colocados em prática – apresentam tensões inerentes tanto às relações sociais e aos processos sociais quanto à maneira como são construídos, no caso específico, por meio de parcerias com instituições e entidades de natureza diversa.

Aspectos socioculturais de Jacutinga

A comunidade de Jacutinga situa-se a 35 km da sede do município de Francisco Beltrão, sudoeste do Estado do Paraná, e é composta por 133 famílias de agricultores familiares. Esse traço da comunidade não é uma exceção, pois em toda a região onde está localizado o município predomina a agricultura familiar.⁵

Segundo dados colhidos pela própria Assesoar e pelo Instituto Agrônômico do Paraná (Iapar), 87% das unidades produtivas do sudoeste paranaense são familiares. Dessas, 94% possuem áreas inferiores a 50 hectares e ocupam 67% das terras. Na região apenas 4% das propriedades se caracterizam como empresas capitalizadas, ocupando 33% das terras (Assesoar, 1996: 2). Esses dados chamam a atenção porque se apresentam inversamente aos dados referentes ao território nacional (mas não proporcionalmente), quando os grandes estabelecimentos, mesmo inexpressivos em termos numéricos, continuam detendo a maior parte da área nacional. No sudoeste paranaense, os agricultores familiares, além de expressivos percentualmente, também ocupam a maior parte da região.

⁵ Vale ainda lembrar que foi nessa região que aconteceu a luta dos colonos nos anos 1950, conhecida como a “Revolta de 1957”. Acerca do assunto, consulte-se: Gomes, 1987. José de Souza Martins (1983), em seu livro *Os camponeses e a política no Brasil*, também aborda esse conflito, entre outros que ocorreram no país no pré-64.

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

Os moradores de Jacutinga migraram para o oeste do Paraná na década de 1950, provenientes do oeste catarinense, mais precisamente de dois municípios; possuem predominante ascendência alemã e professam a religião católica. Suas histórias de vida são comuns, e a comunidade surpreende pelo alto grau de coesão social e pela existência de laços de parentesco entre seus membros, justamente por serem oriundos de uma mesma região. Essa foi uma das razões apresentadas pela Assesoar para desenvolver o projeto nessa localidade. Ou seja, a comunidade já possuía os pré requisitos necessários ao desenvolvimento de uma experiência que se pretendia inovadora, dadas suas premissas, concepção e abrangência.

A comunidade possui um aglomerado de residências habitado por cerca de 30 famílias, denominado Vila, e no qual se encontram instalados alguns equipamentos sociais, como uma escola de ensino básico e fundamental (Escola Municipal Parigot de Souza), uma igreja católica, um campo de futebol, um posto de saúde, um posto telefônico e pequenos estabelecimentos comerciais, como bares, mercearias e uma farmácia. Os moradores da Vila são predominantemente agricultores familiares que preferem morar naquela localidade a residir nas suas propriedades. Os pequenos comerciantes, via de regra, também são agricultores familiares. Entre os moradores da Vila, também encontramos aposentados e funcionários públicos.⁶ Além da

⁶ A comunidade rural de Jacutinga revelou-se um laboratório para estudos do que tem sido chamado pela literatura de nova ruralidade ou identidades rurais em transformação, ainda que esse fenômeno se dê em menor escala no Brasil em comparação com outros países, como a França e o Canadá. Naquela comunidade foi possível encontrar famílias pluriativas, famílias desenvolvendo atividades produtivas não-agrícolas e moradores que escolheram o local para moradia, dada a proximidade ao centro urbano, em busca de uma vida mais saudável e tranqüila. A respeito, consulte-se: Ferreira, 2002.

Eliane Brenneisen

Vila, que constitui uma região – considerando tanto seus moradores quanto os dos arredores –, a comunidade está subdividida, para fins organizacionais, em outras quatro delimitações denominadas linhas: Korb, Cemitério, Macaco e Gruta. Na comunidade de Jacutinga se encontram formalmente organizadas a *Associação de Pais e Mestres*, a *Associação de Moradores da Comunidade de Jacutinga*, a *Sociedade Esportiva Guarani*, bem como o *Conselho Pastoral da Igreja de Santo Alberto Magno*.

A formulação de um plano de ação no campo econômico-ambiental

Da formulação do projeto “Vida na Roça” às ações preliminares

O projeto “Vida na Roça” começou a ser concebido pelos agentes da Assesoar a partir das avaliações que essa ONG realizou das ações anteriormente desenvolvidas no meio rural, principalmente aquelas desenvolvidas junto às escolas rurais ou as propiciadas no campo da produção, como, por exemplo, as que tiveram como alvo a promoção do associativismo no sudoeste paranaense. Na avaliação dos agentes da Assesoar, muitas dessas ações, focadas em determinados aspectos do desenvolvimento rural, acabavam por não ter continuidade em razão do seu caráter fragmentário e unidimensional, como se pode constatar por esta passagem do depoimento:

A análise que se fazia era que dificilmente se pensava um projeto articulado, mas todo fragmentado, por partes, alguém ia lá e trabalhava a produção; outro, a saúde, mas [a saúde] não tinha nada a ver com a produção! Outro ia lá e trabalhava outra dimensão do desenvolvimento. (...) Daí se pensou: desenvolvimento é uma ação que implica necessariamente o Estado, implica o conjunto de entidades, a gente

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

precisa encontrar um método de provocar ações que tenham esse caráter interinstitucional e multidimensional.⁷

Aquelas observações, especialmente no que diz respeito à necessidade de um projeto dessa natureza ter caráter interinstitucional e multidimensional, remetem-nos a aspectos do intenso debate sobre desenvolvimento rural que tem lugar a partir dos anos 1990, ao qual já nos referimos anteriormente. As contribuições de Sen (2000: 11) demonstrando “a necessidade de análises integradas das atividades econômicas, sociais e políticas, envolvendo uma multiplicidade de instituições”, como o mercado, o sistema legal, os partidos políticos, a mídia, os grupos de interesse público e os foros de discussão, assim como os aportes de Sacks (2003) insistindo na formação de um consórcio quadripartite entre o poder público, os trabalhadores, os empresários e a sociedade civil organizada, têm sido decisivas para a formulação, por parte das instituições envolvidas, daquela nova visão de desenvolvimento rural em suas comunidades. Atentos a essa perspectiva, tais agentes procuraram alternativas, particularmente no campo educacional, inicialmente buscando meios para organizar uma “Casa Familiar Rural”,⁸ definindo a comunidade de Jacutinga como local que a abrigaria.⁹ No entanto, a Prefeitura, à revelia das discussões anteriormente feitas pela Assesoar, pelo sindicato de trabalhadores rurais e pela comunidade, acabou por escolher uma outra localidade

⁷ Entrevista com um dos agentes da Assesoar em 27/1/2005.

⁸ A Casa Familiar Rural proporciona formação no ensino fundamental associada à qualificação específica em agricultura a jovens de ambos os sexos, a partir dos 14 anos e que tenham concluído a 4ª série. O ensino se baseia na “pedagogia da alternância”, segundo a qual o aluno permanece uma semana na escola e duas na propriedade familiar.

⁹ De acordo com o agente entrevistado, a escolha se deu porque aquela comunidade reunia melhores condições organizacionais e de infra-estrutura.

Eliane Brenneisen

para instalar aquela instituição escolar. Segundo o agente da Assesoar entrevistado, essa escolha se deu por critérios de favorecimento a um reduto eleitoral da gestão municipal; algo próximo ou mesmo inerente às relações fundamentadas muito mais no mecanismo de troca de favores (ou de votos) que na análise racional-burocrática própria do Estado moderno e democrático.¹⁰ Em vista disso, a Assesoar, juntamente com o sindicato de trabalhadores rurais, propôs à comunidade rural de Jacutinga a construção conjunta de um outro projeto objetivando a promoção do desenvolvimento rural sustentável naquela comunidade. Durante sete meses, procurou-se mobilizar a comunidade através de discussões em pequenos grupos, buscando-se, ao mesmo tempo, estabelecer parceria com a instituição de ensino superior local, cujo convênio, como já mencionado, foi selado formalmente em agosto de 1996, definindo-se, doravante, os objetivos do projeto e a metodologia de trabalho, com base na promoção de um processo de desenvolvimento comunitário articulado à participação efetiva da comunidade por meio de reuniões, assembleias, debates e estudos (Assesoar, 1996: 8-9). Nessa parceria estavam ainda implícitas algumas prerrogativas de desenvolvimento do trabalho já previamente acordadas em reuniões entre os parceiros e a comunidade envolvida, como o enfoque interdisciplinar, o empenho na qualificação dos agricultores e a opção pela chamada agricultura alternativa (Assesoar, 1996: 6-7).

Na formulação do projeto, então denominado “Vida na Roça”, as entidades envolvidas, juntamente com a comunidade de Jacutinga, tiveram como referência a realização de um diagnóstico¹¹ necessário

¹⁰ Cf. Leal, 1978; Reis, 1988 e Martins, 1994.

¹¹ Os dados coletados na comunidade foram obtidos por meio de um questionário preparado e aplicado por alunos e professores da instituição universitária parceira do projeto.

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

para qualquer ação de desenvolvimento centrado nos sujeitos sociais (Garcia, 1998). A partir daí, procuraram considerar as quatro dimensões do desenvolvimento rural sustentável – econômica, ambiental, política e social – com as quais, por sua vez, iriam definir linhas de ação no campo *econômico-produtivo-ambiental*, no campo de *saúde e saneamento*, no campo *educacional* e no campo *cultural e de lazer*. Com isso, pretendia-se contemplar, na implementação do projeto, múltiplas ações que deveriam ser desenvolvidas simultaneamente, evitando uma perspectiva fragmentária, avaliação, como visto, que se fazia naqueles anos por parte sobretudo dos agentes da Assesoar. No entanto, mesmo assim, optou-se inicialmente por definir prioridades. A primeira delas, tendo em vista a demanda da comunidade, recaiu sobre o campo da produção, resultando no “Plano de Ação Agropecuário para os anos 1996-97”, o qual visava inicialmente a recuperação do solo por meio do uso de calcário (associado à disseminação de conhecimentos tecnológicos visando sua conservação) a proteção de fontes de água (ambos viabilizados com recursos provenientes da Secretaria Municipal de Agricultura). Veiga, Abramovay e Ehlers (2003) ressaltam a importância de se levar em consideração – quando o assunto é desenvolvimento rural sustentável – os aspectos da erosão e das contaminações provocadas pelo uso de práticas predatórias e pelo manejo inadequado dos solos. Os autores ressaltam ainda a importância de se lançar mão de técnicas alternativas para a conservação e melhoria dos solos, como a adubação verde, o uso de biofertilizantes, do adubo orgânico e de técnicas substitutivas ao uso abusivo de agrotóxicos, os quais sabidamente provocam contaminação dos alimentos, dos recursos hídricos, dos solos e dos próprios trabalhadores rurais. As técnicas substitutivas seriam o controle biológico de pragas, além de investimentos maciços em métodos de tratamento de dejetos de animais, caso grave no Sul do Brasil, sobretudo naquelas localidades que se dedicam à suinocultura.

Eliane Brenneisen

Finalmente, como parte dessas primeiras ações, os agentes procuraram envolver a comunidade na realização de procedimentos de *planejamento e gestão* das propriedades. No que se refere a esse último aspecto, as discussões se deram em cada linha, elegendo-se em cada uma delas um coordenador, responsável pela reunião do grupo e encaminhamento das discussões. Nessas reuniões, os integrantes do núcleo familiar, inclusive crianças e jovens, formavam subgrupos, sob orientação dos agentes envolvidos, para que expressassem quais eram seus anseios e projetos de vida através de desenhos nos quais retratavam a situação atual da propriedade familiar e demonstravam o que almejavam futuramente nessas mesmas propriedades. Um agricultor entrevistado relembra esse momento: “Primeiro fizeram uma reunião de famílias e cada um desenhou a sua propriedade, como ela era e como queria que fosse, a partir daquilo começou a ser trabalhado os sonhos da gente. Cada um sonhava e cada família fez o desenho da família junto. Aí foi trabalhado a partir dali para que chegasse onde cada um queria” (entrevista, 20/9/2003).

Sen (2000) talvez tenha sido quem mais insistiu no fato de que pensar o desenvolvimento implica liberdade de escolha, saber o que as pessoas querem, preferem e de fato buscam. Com essas referências, os agentes envolvidos buscaram conhecer os desejos e os projetos de vida de cada família. Como resultado das reuniões de *planejamento e gestão* e visando a obtenção de meios para que esses anseios e projetos de vida fossem viabilizados, foram definidas atividades econômico-produtivas que mais se ajustassem ao perfil de cada família, à composição da força de trabalho familiar e às condições topográficas do solo; 85% das famílias optaram prioritariamente pela atividade leiteira pelas razões já mencionadas, como também porque essa atividade lhes proporcionaria a segurança de um rendimento mensal (Assesoar, 1997: 3). Uma vez definida a atividade produtiva

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

principal, foram desenvolvidas estratégias para a aquisição de conhecimentos tecnológicos específicos, inicialmente por meio de visitas técnicas para conhecimento de experiências já consolidadas nessa atividade.

É importante salientar que esse processo inicial, além, obviamente, dos ganhos econômicos, possibilitou maior envolvimento da comunidade, desencadeando um processo de interação social tanto entre os membros de uma mesma família como entre as famílias. As mulheres, os jovens e as crianças foram incorporados a um processo que anteriormente se restringia ao chefe de família, ou seja, aos homens. Na própria concepção do projeto, como já visto, vislumbrava-se o desenvolvimento rural para além de uma “visão produtivista”, incluindo-se nele aspectos ambientais, participação de todos os membros do grupo familiar, além de escolhas produtivas que contemplassem o volume de força de trabalho disponível em cada unidade familiar.

Paralelamente às ações no campo econômico-produtivo, os parceiros já constituídos – a Assesoar, a Unioeste, o sindicato e a comunidade –, detectando a necessidade de incluir o Estado de maneira mais efetiva nesse processo, iniciaram uma busca que se concretiza na adesão sucessiva de novos parceiros: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Agricultura, Empresa Brasileira de Extensão Rural (Emater) e Cooperativa de Crédito Solidário (Cresol). A participação de cada um desses atores não se deu ao mesmo tempo (a última adesão ocorreu no ano de 2002) nem com a mesma intensidade.

A partir das primeiras ações, com as quais as demandas mais emergentes haviam sido atendidas, e a partir da inclusão de outros parceiros, a coordenação do projeto, retomando a idéia de se evitar fragmentação, procurou incluir novos campos de ação já previamente definidos, priorizando, nesses anos, paralelamente aos

Eliane Brenneisen

aspectos econômicos e ambientais, a dimensão educacional.

O trabalho nas linhas de ação definidas estava assentado nas assessorias que se formavam, através da concessão, por parte dos parceiros, de funcionários e técnicos para o desenvolvimento do projeto em áreas específicas. No entanto, isso nem sempre ocorria e, quando ocorria, a disponibilidade de tempo de trabalho desses técnicos para se dedicarem ao projeto era insuficiente. Mesmo assim foi possível garantir um assessoramento mais efetivo nesses primeiros anos em duas áreas: na *assistência técnica agrônômica*, por meio da atuação de técnicos da própria Assesoar, de um professor da Unioeste com formação em agronomia e de agrônomos e técnicos da Emater¹², e na *área educacional*, por meio da assessoria de professores da Unioeste que dedicavam ao projeto parte de seu tempo semanal de trabalho.

Antes de nos adentrarmos na análise das ações desenvolvidas no campo educacional, que, como já mencionado, se desenvolveram associadas às ações econômico-produtivas e ambientais, procuraremos, ainda que em linhas gerais, abordar os desdobramentos, nos anos seguintes, das ações empreendidas nesse primeiro campo de atuação.

Em busca de alternativas econômico-organizacionais

Como resultado das ações de *planejamento e gestão* realizadas, grande parte das famílias optou pela produção leiteira como atividade predominante, contudo, sem abandonar atividades próprias da agricultura familiar, como a produção de bens para o consumo da família, entre os quais arroz, feijão, milho e criação

¹² Esses últimos, na verdade, atuavam nada mais do que cumprindo com suas funções; no entanto, o fato de ter sido selada uma parceria fez com que houvesse maior empenho da parte deles.

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

de animais de pequeno porte.¹³ Tanto a produção para consumo associada à comercialização do excedente como a produção voltada predominantemente para a comercialização encontravam-se referenciadas pela preocupação com a preservação do meio ambiente.

Desde a elaboração do projeto “Vida na Roça”, e especialmente desde o “Plano de ação para a produção”, mencionado anteriormente, a preocupação ambiental esteve presente e era assunto das reuniões nos grupos formados em cada linha, na orientação técnica, nos cursos e palestras que eram ministrados. Em vista disso, foi possível constatar o empenho das famílias na realização de um processo de reconversão produtiva, evitando o uso de defensivos agrícolas e insumos químicos, tanto na produção para o consumo familiar como naquela destinada à comercialização. Outras famílias, que ainda deles faziam uso, mostraram-se dispostas a substituir, paulatinamente, os produtos antes utilizados por outros considerados menos nocivos ao meio ambiente e à saúde humana. Outras ainda optaram pela produção fundamentada nos parâmetros tradicionais, utilizando-se de agroquímicos, como já vinham fazendo antes, no entanto, com a preocupação de utilizá-los de maneira adequada, evitando assim a contaminação de rios e solos, além do cuidado com o destino dos vasilhames.

Com o advento do projeto “Vida na Roça”, cerca de dez famílias da comunidade de Jacutinga optaram pela produção orgânica de maneira integral em suas propriedades, incluindo os produtos hortifrutigranjeiros, queijos, açúcar mascavo e pães caseiros. Para

¹³ Pesquisas realizadas simultaneamente em diversos países têm mostrado a capacidade de reprodução dos agricultores familiares, diversificando suas atividades, modernizando-se, realizando investimentos, aderindo ao mercado de maneira mais racional, sem contudo deixarem de lado a produção para o autoconsumo. Cf. Lamarche, 1998.

Eliane Brenneisen

tanto, recebiam assistência técnica de duas agrônomas da Assesoar, uma delas filha de agricultores familiares, residente na própria comunidade junto à família.

A produção recebeu certificação da Rede de Agroecologia Eco-vida¹⁴ e passou a ser comercializada na Feira de Produtos Agroecológicos, realizada em Francisco Beltrão, em frente à sede da Assesoar. A própria organização da feira também foi viabilizada a partir do advento do projeto “Vida na Roça”. A produção agroecológica na comunidade, além da comercialização externa, fomentou a comercialização dentro da própria comunidade, pois famílias, que não participavam diretamente da feira, encarregavam-se da produção, seguindo também parâmetros agroecológicos. No caso da produção de pães, bolachas e tortas, realizada apenas por uma família, todos os ingredientes utilizados, como ovos, açúcar, leite, manteiga, legumes, eram adquiridos de outras famílias da mesma comunidade.

Além da produção e da feira agroecológica, outra atividade organizada pelo projeto “Vida na Roça”, envolvendo principalmente as mulheres, é o café colonial, realizado na feira agropecuária que ocorre anualmente no município de Francisco Beltrão.

Associadas às ações anteriormente mencionadas, outras alternativas têm sido planejadas como a formação de associações de famílias de agricultores. Essas associações, por sua vez, visando à agregação de valor à produção da agricultura familiar, têm procurado desenvolver processos de agroindustrialização em pequena escala.

¹⁴A Rede de Agroecologia Ecovida é formada por agricultores familiares, técnicos e consumidores de produtos agroecológicos e está constituída por 21 núcleos regionais, abrangendo 170 municípios do Sul do Brasil. Além da concessão da certificação através do selo Eco-vida, a rede organiza feiras livres para a comercialização dos produtos. Já são mais de 100 feiras livres organizadas no Sul do Brasil.

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

Notou-se nas entrevistas realizadas um certo desencontro entre os depoimentos de alguns agricultores que reafirmavam que as discussões sobre essas possibilidades partiram da Assesoar (ou dessa maneira a compreenderam) e o próprio testemunho de um dos idealizadores do projeto “Vida na Roça”, tendo como base experiências anteriores de fomento ao associativismo no sudoeste paranaense. Segundo o seu relato, essas experiências foram desenvolvidas por iniciativa da Assesoar, no início dos anos 1980, por meio de um “Plano Regional de Fomento ao Associativismo”. Nessa ocasião, organizaram-se inúmeras associações no sudoeste paranaense, as quais, na sua fase inicial, tiveram êxito econômico, porém, depois de um certo período, desmantelaram-se. A descontinuidade das iniciativas ocorridas anteriormente é por ele avaliada:

Essa nossa experiência, de fomento ao associativismo regional, mesmo com os cuidados organizativos, a gente viu que o que a gente fazia não dava conta de construir uma proposta de associativismo consistente que conseguisse enfrentar um conjunto de problemas, principalmente de organização interna (entrevista, 27/1/2005).

No projeto “Vida na Roça”, tendo como base a descontinuidade inerente às experiências anteriores, resultado de ações fragmentadas e unidimensionais, como também as dificuldades no tocante à organização interna nas associações que haviam se formado, partiu-se de uma outra premissa:

No “Vida na Roça” a gente disse o seguinte – A gente vai começar uma dinâmica de desenvolvimento onde a gente vai abordar a cooperação como uma atitude de vida. [...] Desde o início a temática da cooperação sempre ficou presente, e a forma inicial de cooperação que a gente visualizou foi lá nas linhas discutindo juntos, pensando algumas coisas básicas que pudessem [fazer com que os agricultores] crescessem na sua percepção de mundo, na sua própria condição de concorrente com o outro... mas nós

Eliane Brenneisen

não criamos no “vida na roça” deliberadamente uma política de criação de associações (entrevista, 27/1/2005).

Assim, mesmo não tendo uma política definida de formação de associações, o trabalho desenvolvido nas linhas assentava-se na discussão a respeito dos benefícios da cooperação, na busca de alternativas produtivas e organizacionais, tanto no que se refere à produção agroecológica, como à busca de modalidades mais viáveis de organização das famílias para o desenvolvimento das atividades econômico-produtivas.

Como resultado dessas discussões, formaram-se quatro associações, compostas, cada uma delas, por uma média de oito famílias. Na busca de alternativas que proporcionassem maior rendimento, essas, por sua vez, voltaram-se para a formação de agroindústrias em pequena escala nas suas respectivas linhas. Na atualidade, existem no local quatro agroindústrias: duas de queijo colonial, uma de processamento de açúcar mascavo e outra de processamento de embutidos.

Diversos estudiosos têm chamado a atenção para a necessidade de se promover o associativismo ou outras formas de economia solidária, formando-se indústrias em pequena escala e que visem a transformação dos produtos *in natura*, agregando assim maior valor aos produtos primários, conforme se mencionou no início deste trabalho (Sacks, 2003: 102). Porém, na prática, esses processos revelam-se mais complexos e encontram-se permeados por variáveis que muitas vezes escapam aos formuladores de políticas mais amplas.

Optou-se, neste texto, por resgatar uma das experiências, a da associação “Festa na Roça”, por ser representativa das dificuldades encontradas no decorrer de um processo organizacional de implantação de uma pequena fábrica de queijo colonial e dos rearranjos ocorridos na organização de uma outra fábrica com as famílias remanescentes desse primeiro empreendimento.

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

A associação “Festa na Roça” localiza-se numa sub-região da comunidade estudada, na qual todos os moradores possuem algum grau de parentesco, denominada *linha dos Corp*, por ser esse o sobrenome das famílias moradoras nesse local.

Ao se chegar a essa sub-região, logo na primeira propriedade, chama a atenção uma construção onde funcionava anteriormente uma agroindústria, agora desativada; mais à frente, em uma outra propriedade, se avista uma outra agroindústria em pleno funcionamento. Ao entrevistar seus moradores, descortina-se uma realidade que não é diferente de outras iniciativas dessa natureza, salvo as especificidades dessa experiência.¹⁵

No ano de 1998, cinco famílias, pertencentes a essa associação, decidiram pela organização de uma pequena fábrica de queijo colonial, na expectativa de que, por meio do processamento do leite, pudessem obter maiores rendimentos da atividade leiteira. Providenciaram a documentação legal, buscaram conhecimentos específicos acerca da atividade que iniciavam e informalmente definiram aspectos referentes à organização do trabalho, comercialização da produção e divisão dos rendimentos. Os integrantes de cada família encarregavam-se da fabricação do queijo em um dia e os integrantes das outras três em outro dia, assim sucessivamente durante toda a semana. Essa atividade perdurou até o ano de 2002, quando os sócios decidiram fechar a fábrica localizada em uma das propriedades. Três integrantes desse grupo, numa outra propriedade, ainda no ano de 2002, deram seqüência à atividade que já vinham desenvolvendo, construindo, em uma das propriedades, uma outra fábrica.

Para as famílias pertencentes ao primeiro grupo, o empreendimento não teve continuidade porque as expectativas quanto ao rendimento não se haviam concretizado. Um dos entrevistados desse grupo,

¹⁵ Em pesquisas realizadas anteriormente, constatamos em assentamentos rurais processos sociais semelhantes (cf. Brenneisen, 2004).

Eliane Brenneisen

expressando tanto as motivações que o levaram a aderir à atividade, quanto as que fizeram com que a fábrica fosse desativada, ressalta: “A gente fazia reuniões e falavam que o queijo dava mais, rendia mais, e que era menos serviço, mas não é assim, dá muito serviço e o lucro não é grande”.

Para as famílias que deram continuidade à atividade anterior, construindo uma outra fábrica, embora concordando com a insuficiência dos rendimentos, as motivações eram de outra natureza e estavam relacionadas à maneira como se deu a organização daquele primeiro empreendimento.

Em primeiro lugar, do ponto de vista econômico, as relações entre as famílias não eram simétricas: algumas possuíam propriedades maiores que outras – numa escala de 50 hectares para a maior propriedade e 20 hectares para a menor – e, conseqüentemente, tinham um número maior de cabeças de gado leiteiro que as demais. Ou seja, nem todos produziam a mesma quantidade de leite/dia. Havia aqueles que diariamente produziam 100 litros de leite, enquanto outros produziam apenas 30 litros. Após a comercialização do queijo, as famílias recebiam o correspondente à quantidade de litros de leite produzido por cada uma delas. No entanto, no que se refere ao trabalho efetuado pelas famílias na fabricação do queijo, não havia uma remuneração específica, o que era motivo de insatisfação, ou seja, havia famílias que trabalhavam mais que outras, uma vez que algumas produziam quantidades menores de litros/dia, justamente aquelas possuidoras de propriedades menores.

A esse respeito, um dos entrevistados desse grupo assim se expressou: “Eram três famílias que iam mais, eles eram mais mão-de-obra. Uns tinham mais leite... eles tinham mais leite que nós, uns trabalhavam mais que os outros, não era bem dividido. Eles tinham litros e o outro sócio, 30, e trabalhava igual! (entrevista, 15/3/2003).

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

Além do aspecto mencionado, havia mais duas razões que eram motivo de desentendimentos. A primeira delas, também responsável pela assimetria na produção leiteira, era a raça dos animais. As duas famílias com propriedades maiores possuíam um plantel de uma raça (Holandesa) e as outras três, um plantel de outra raça (Gersey); esta última, segundo eles, a mais indicada para a produção do queijo por possuir maior quantidade de gordura no leite. A outra razão dizia respeito à opção pela produção orgânica de queijo colonial, algo que permeava as discussões desde o início do empreendimento.

Quando perguntamos se tentaram procurar contornar as dificuldades que se apresentavam, um agricultor assim explicou: “Sempre eles falavam que iam mudar o gado, mas iam caindo fora. No começo eles disseram que iam mudar, quando foi iniciado, daí foi indo, foi indo, um, dois anos, e daí ficou na mesma. Era também para ser orgânica logo que foi iniciado, daí também não ficou...” (entrevista, 15/3/2003).

Após o fechamento da fábrica, as duas famílias possuidoras de propriedades maiores voltaram a comercializar o leite in natura com os laticínios da região e as outras três famílias, cujas propriedades eram menores, deram seqüência, como mencionado anteriormente, à mesma atividade, construindo uma outra fábrica, porém, com uma diferenciação: a opção integral pela conversão produtiva, produzindo leite a pasto ecológico, o qual, por sua vez, permitiria a produção de queijo colonial orgânico, algo que intencionavam, como já referido, desde a construção da primeira fábrica. Obtiveram para isso, assim como os demais produtores de orgânicos da comunidade, a certificação da Rede de Agroecologia Ecovida.

Do ponto de vista da organização do trabalho, não houve alterações substanciais em relação à estruturação anterior. A cada dia um integrante do grupo familiar, uma mulher, a mãe ou a filha, assim

Eliane Brenneisen

como acontecia no empreendimento anterior, encarregava-se da fabricação do queijo. A comercialização ficava a cargo de um dos filhos de um agricultor que os comercializava nos supermercados localizados no município de Francisco Beltrão. As posições ocupadas, nesse caso específico, nos remetem à própria divisão do trabalho culturalmente definida no meio rural, segundo a qual à mulher, historicamente, tem sido reservado o espaço doméstico e aos homens, o espaço público.¹⁶ A ordenha das vacas leiteiras também continuava sendo uma atribuição das mulheres. Os homens diziam que ajudavam, quando necessário.

A distribuição dos rendimentos também permanecia como na experiência anterior, ou seja, de acordo com a quantidade de litros/dia produzida em cada propriedade. Da mesma maneira que anteriormente, essa produção não era simétrica, porém, mais equânime. De acordo com informações obtidas com as três famílias, elas produziam, respectivamente, 35, 40 e 60 litros/dia.

Embora se observem semelhanças entre o primeiro e o segundo empreendimento, sobretudo em termos organizacionais, havia aspectos que os distinguiam: o compartilhamento de valores semelhantes e a confiança irrestrita entre seus membros. Quanto ao primeiro aspecto, isso é perceptível pela escolha feita pelas três famílias que apostavam na produção orgânica, uma escolha econômica, mas também política. Quanto ao segundo aspecto mencionado, a confiança entre seus membros se revelava na maneira como se desenvolvia a comercialização e distribuição dos rendimentos, como visto, apenas de responsabilidade de uma pessoa, filho de um dos agricultores. Ele mesmo ressalta esse aspecto na entrevista concedida, demonstrando quais requisitos eram fundamentais para o sucesso de um empreendimento dessa

¹⁶ Acerca de relações sociais de gênero na agricultura, consulte-se Brumer, 2004.

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

natureza: “[...] acho que a pessoa tem que ser madura. Tem que confiar muito um no outro, [por exemplo] como é só eu que vendo, se eu for lá querer fazer um chuncho, eu faço, né? Então a confiança é o principal e isso não é fácil. [...] por isso que em muitos projetos eles chegaram à conclusão que não dá certo, a visão é que é melhor individual” (entrevista, 15/3/2003).

Um outro aspecto que se pode observar tanto num como no outro empreendimento é a adoção de cálculos simplificados. Parte dos desentendimentos ocorridos no primeiro empreendimento poderia ter sido contornada por meio da adoção de cálculos matemáticos mais elaborados e de uma contabilidade mínima, opção recusada tanto porque demandaria conhecimentos, o que a maioria não possui, como também porque colocaria em xeque os valores da agricultura familiar, sobretudo quando se trata das relações de parentesco: o da confiança recíproca entre seus membros.

Ao ser indagado acerca do recebimento de remuneração específica, o jovem responsável pela comercialização da produção respondeu negativamente. Não recebia pelo trabalho, mas tampouco se sentia explorado, uma vez que, quando necessário, as outras duas famílias vinham ajudá-lo nas demais atividades da propriedade, como, por exemplo, semear pasto, fazer piquetes ou até mesmo ordenhar as vacas. A ajuda mútua corresponde a uma modalidade própria das relações estabelecidas no campo, a qual obedece a um outro cálculo: o da troca de favores ou o da retribuição a favores prestados. São relações que prescindem de acordos formais ou verbais, encontram-se, pois, implícitas. O fato de esse jovem se responsabilizar pela comercialização era visto pelas demais famílias como um favor que deveria ser retribuído em momentos de necessidade. Caso essa retribuição não ocorresse, haveria uma quebra do acordo implícito, gerando desentendimentos ou mesmo a descontinuidade do projeto.

Eliane Brenneisen

A opção das famílias pelos processos de agroindustrialização em pequena escala se fez também no sentido de oferecer oportunidade de trabalho para os jovens, possibilitando que permanecessem no campo junto aos pais. As três famílias que optaram por esse empreendimento puderam oferecer aos seus filhos essa possibilidade: aos filhos homens couberam atividades específicas no campo da produção e aquelas próprias do espaço público, como ocorreu com o jovem responsável pela comercialização; às filhas mulheres foram atribuídas atividades sobretudo na fabricação do queijo.

Se, por um lado, as oportunidades econômicas e de trabalho são fundamentais para a permanência do jovem no campo, os agentes envolvidos avaliavam que, por si só, elas eram insuficientes. Pelo menos três aspectos foram considerados fundamentais para que os filhos permanecessem nas suas respectivas propriedades ao lado dos pais: o acesso à educação específica para o homem do campo, o desenvolvimento de políticas culturais de juventude e a criação de oportunidades de lazer. Em relação aos dois últimos aspectos, os quais encontram-se interrelacionados, formaram-se na comunidade de Jacutinga um grupo de teatro e outro de dança alemã. A abordagem das políticas culturais e de lazer desenvolvidas na comunidade a partir do advento do projeto “Vida na Roça” merece um exame mais detalhado, o qual escapa aos limites deste artigo, constituindo-se em objeto de análise específica. Por ora nos deteremos às ações desenvolvidas no campo educacional, ações essas, como já referido anteriormente, que ocorreram quase simultaneamente e de maneira associada às ações no campo econômico-produtivo.

Formulação e desenvolvimento de um plano de ação educacional

A formulação de um plano de ação educacional objetivando dar contornos específicos à educação formal começou a ser concebido

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

de maneira mais sistematizada nas reuniões periódicas de avaliação do projeto, ocasião em que os parceiros envolvidos apontavam a distância entre o currículo escolar, o conteúdo das disciplinas e a realidade de vida dos moradores da comunidade de Jacutinga. Para a sua formulação foi organizada primeiramente uma reunião da coordenação geral do projeto “Vida na Roça” com a diretoria da Associação de Pais e Mestres (APM), com a direção e com os professores da Escola Parigot de Souza, visando à realização de um diagnóstico preliminar como ponto de partida para a elaboração do “Plano de Ação na Área Educacional”. De posse desses dados, a coordenação, já constituída, do mencionado plano elaborou uma proposta de ação que foi levada à escola e à coordenação das cinco linhas organizadas na comunidade para discussão e elaboração do plano final. Este plano, tendo como diretrizes principais a definição político-filosófica do ensino de acordo com a especificidade da vida do homem do campo, a capacitação e a qualificação dos professores, a elaboração de um projeto de educação ambiental e a organização de atividades culturais, foi aprovado em uma assembléia realizada no mês de julho de 1997. Essa assembléia contou com a presença do secretário municipal de Educação (Assesoar, 1997: 29-40).

Visando então vincular o ensino formal ao contexto dos educandos, os envolvidos no projeto optaram pela adoção da metodologia de ensino denominada *temas geradores*, os quais se fundamentam numa determinada compreensão da obra de Paulo Freire (1997; 1993). Com essa metodologia buscava-se inserir o educando no seu meio físico e sociocultural, através do conhecimento efetivo, fundamentado na sua prática cotidiana. Além disso, os agentes envolvidos concebiam que essa metodologia permitiria comprometer a comunidade, pais, alunos e professores, na busca de conhecimentos específicos que viessem ao encontro das demandas da comunidade, sobretudo em

Eliane Brenneisen

relação às demandas produtivas e ambientais, além de estabelecer vínculos entre educação formal e educação informal.¹⁷

Os temas eram definidos pela comunidade de acordo com suas demandas e tinham como referência a interdisciplinaridade. Considerando a abrangência, esses temas deveriam ser desenvolvidos no período de um bimestre ou semestre escolar. O primeiro a ser contemplado foi o tema gerador horta, seguido do tema leite. Em sala de aula, os professores procuravam trabalhar o conteúdo de suas disciplinas em torno desse tema específico, como ressalta uma das professoras entrevistadas: “A gente sempre tenta não apenas passar o conteúdo pelo conteúdo, mas sempre fazer uma relação com o que eles vão fazer lá fora, para eles levarem esse conhecimento e não ficarem só ali na sala de aula. [O que queremos é] que eles ampliem isso para a agricultura e cresçam com esse conhecimento” (entrevista, 23/6/2002). O desenvolvimento do conteúdo, como pode ser visto no depoimento, também se dava fora de sala de aula, incluindo visitas à casa dos alunos. Uma outra professora esclarece como se desenvolveu o trabalho junto às famílias e destaca os seus pontos positivos “[...] Os assuntos eram buscados nas famílias [...] Íamos nas linhas, os pais iam para a escola e juntamente com as crianças eram escolhidos os temas geradores [...] Os próprios pais viviam na escola, iam lá fazer visitas. Acho que isso mexeu também com a comunidade” (entrevista, 30/3/2002).

De uma maneira geral, os depoimentos nos dão conta de que, nessa ocasião, houve uma significativa participação dos envolvidos, principalmente por parte dos pais dos alunos na busca de conhecimentos específicos, sobretudo a respeito da atividade leiteira, opção econômico-produtiva feita por grande parte dos

¹⁷ Em artigo recente, Abramovay chama a atenção para a importância da educação formal na formação de uma nova geração de agricultores (Abramovay et al., 2003).

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

agricultores dessa comunidade por meio das ações preliminares ocorridas no campo produtivo, como mencionado anteriormente. Esse foi um dos temas mais lembrados pelos pais e professores quando entrevistados, justamente porque por meio da assistência técnica proporcionada diretamente na escola puderam ter acesso a conhecimentos tecnológicos e comerciais necessários ao bom desempenho daquela atividade. Um ex-diretor da escola e hoje coordenador das escolas rurais da prefeitura municipal comenta: “Um dos temas mais bem desenvolvidos foi o do leite [...]. Junto aos produtores e alunos a gente percebeu que [se tratava] de algo bem diferente, uma coisa do real deles. Fazíamos visitas, fazíamos encontros e tínhamos também assistência técnica na escola. [Aprendia-se] tudo sobre gado leiteiro, o aluno aprendia e em casa tentava fomentar isso” (entrevista, 24/6/2002).

Outro tema gerador desenvolvido, que da mesma maneira partiu de uma demanda da comunidade, foi o tratamento e escoamento do lixo. A escolha desse tema específico, associado a outros correlatos, revela a preocupação ambiental, presente desde o início do projeto. Por isso, a necessidade – na perspectiva dos coordenadores – de se vincular a educação formal às demais linhas de ação do projeto.

Comparando os modos como eram desenvolvidas as aulas antes e depois do advento da metodologia dos temas geradores, uma professora assinala: “Antes tinha o currículo do Estado e o livro didático [...] Agora com os temas geradores foi muito melhor, não era só pegar aquele currículo e seguir. [...] Em cima dele a gente preparava tudo, objetivos, conteúdo, exercícios, as atividades sobre texto com os alunos. E isso tudo era feito com os alunos, o professor construía aquilo com os alunos” (entrevista, 31/3/2002).

Eliane Brenneisen

Uma outra professora ressalta as mudanças ocorridas na comunidade a partir do advento dessa metodologia, principalmente por conduzir os pais à escola, provocando mudanças no relacionamento entre pais e filhos como decorrência do diálogo estimulado pelos interesses comuns:

Mudou muito, os pais vieram para a escola, as crianças visitaram lugares, comunidades... o relacionamento entre pais e filhos também mudou bastante, os filhos levam o que aprenderam para casa, coisa que uma vez não existia. [...]. Agora o filho chega e fala: 'olha pai estamos fazendo errado, lá na escola o técnico, agrônomo ou assessor, disse que não é assim' e os pais acatam bastante isso, mas não podemos generalizar (entrevista, 31/3/2002).

Embora demonstrassem otimismo com a adoção dessa metodologia na escola, professores e pais de alunos salientaram dificuldades específicas, como as relativas à interdisciplinaridade. Tais dificuldades revelam que os professores não haviam se apropriado suficientemente da metodologia quando esta fora colocada em prática, como se pode ver no depoimento de uma professora: "Alguns temas ficaram difíceis para a gente ligar, talvez porque a gente não tenha ainda apreendido o caminho certo, mas a gente tentava de alguma maneira ajudar, embora às vezes passava aula em que a gente não conseguia ligar" (entrevista, 2/4/2002). Um outro aspecto que dificultava o bom andamento do projeto, ainda segundo a mesma professora, referia-se à carência de materiais de consulta para a pesquisa dos temas definidos. Associado a isso, ela também menciona aspectos relativos à insuficiência do trabalho de assessoria.

Tentando compreender os impasses relativos ao desenvolvimento dos *temas geradores*, uma outra professora retoma a questão das assessorias. Referindo-se inclusive à parceria com a Unioeste, ela atribui à alternância de professores nessa instituição um obstáculo à continuidade do processo de aprendizagem requerido pela metodologia: "Não sei se a culpa é só da comunidade ou dos

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

assessores, talvez seja até de parte das assessorias, porque, por exemplo, na Uniãoeste, todo ano muda de professor lá, então todo ano muda a nossa assessoria também. Uns já estão saindo e já entram outros, então não é só a dificuldade que os professores têm, mas isso também acaba atrapalhando” (entrevista, 30/3/2002).

Outro argumento, levantado por pais de alunos e por professores, justificando a “crise” dos *temas geradores*, referia-se ao esgotamento dos temas. Os professores acrescentaram ainda dificuldades no desenvolvimento dos temas de 5ª a 8ª série, quando há um professor para cada disciplina, como se pode constatar pelo seguinte depoimento: “Os temas geradores... os primeiros obtiveram bastante sucesso, depois, em alguns temas, a gente começou a sentir mais dificuldade, porque nem todas as pessoas têm as mesmas possibilidades para falar de um assunto. Da 5ª a 8ª série era mais difícil que da 1ª a 4ª, talvez porque até a 4ª fosse um só professor e ele tivesse mais visão de como coordenar as atividades” (entrevista, 2/4/2002). Alguns pais de alunos mencionaram aspectos como o do despreparo docente: “Acho que a gente precisa melhorar a preparação dos professores, está muito fraca, porque os filhos às vezes chegam em casa com cada coisa... muita coisa fraca... muito erro. Antes não... mas agora... tem uma geração de professores que estão deixando a desejar... acho que a gente tem que exigir o melhor... é um direito da gente... é uma crítica construtiva... pensando nos filhos da gente” (entrevista, 4/3/2002). E, logo em seguida, ao se perguntar sobre o apoio das assessorias ao projeto educacional desenvolvido na escola rural, esse mesmo pai assinala: “... a Uniãoeste, numa época, ela estava muito presente, quando começou o projeto, só que agora deu uma parada, esfriou”. Da mesma maneira como se expressaram os professores, os pais avaliavam que uma assessoria deficitária teria acarretado insuficiência de informações a

Eliane Brenneisen

respeito de alguns temas escolhidos, resultando na fragilidade de sua condução por parte dos docentes da escola local. Assim, ao serem desenvolvidos, certos temas não contemplaram todas as disciplinas, desconsiderando a proposta interdisciplinar.

Antes de nos debruçarmos mais atentamente sobre os impasses apontados pelos pais de alunos e pelos professores em suas falas, cabe mencionar os temas que apresentaram dificuldades no seu desenvolvimento, levando, entre outros fatores, à “crise” dos temas geradores: a religiosidade e a sexualidade. É em relação a esses temas que pais e professores disseram que faltou assessoria e bibliografia de apoio, dada a exigüidade do acervo disponível na biblioteca da escola. Avaliando as dificuldades apresentadas no tocante ao tema da sexualidade, a atual diretora da escola salientou que “nem todas as pessoas têm a possibilidade de falar de um assunto”. No que se refere à religiosidade, explicou ela que “é um tema mais amplo e houve divergências. A comunidade aqui é mais católica e os pais de repente pensaram que a gente fosse trabalhar textos bíblicos, a religião em si”. A diretora acrescenta que “parece que, quando o tema é mais prático, ele vai, mas a coisa mais abstrata complica”.

Aqueles temas são complexos, sobretudo se se leva em consideração a falta de conhecimento mais aprofundado por parte dos professores, bem como o contexto sociocultural em que foram desenvolvidos. O tema da sexualidade, por exemplo, é ainda um tabu, em especial nas comunidades culturalmente mais tradicionais. No seio familiar não se costuma conversar acerca desses aspectos. Além disso, são assuntos considerados da esfera privada e não pública. Daí surgirem as dificuldades, sobretudo quando os assuntos foram inseridos numa metodologia centrada na participação da família do aluno no seu desenvolvimento. Quanto ao tema da religiosidade, as dificuldades são de outra natureza, mas também relacionadas ao contexto em que se inserem. Ou seja, tal tema fora desenvolvido em uma comunidade

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

100% católica, com expressiva presença da Igreja em todas as esferas da vida de seus habitantes, até mesmo a escola, um espaço laico, mas com forte relação estabelecida com a Igreja, a qual inclusive cede terreno para a horta escolar que é fonte de renda. Em vista disso, a expectativa dos pais era a de que esse tema, ao ser desenvolvido, se restringisse à denominação que professam. Sobretudo teriam escolhido esse tema por julgarem que seus filhos e a própria comunidade estariam se distanciando da Igreja. Por outro lado, como instituição laica, a escola deveria, e até tentou fazer isso, desenvolver o tema de maneira ampla, abordando outras religiões e a necessidade do respeito à pluralidade de crenças. No entanto, sem conhecimento mais aprofundado sobre o assunto, o qual, por sua vez, proporcionaria o argumento e a legitimidade à abordagem realizada.

A escolha desses temas mais abstratos também teria ocorrido em função do esgotamento daqueles considerados mais práticos, justamente aqueles que vinham ao encontro das demandas mais prementes da comunidade e da ordem socioeconômica e ambiental. Essas demandas, uma vez atendidas, deixavam de ter razão de existir. Foi o que ocorreu com os temas leite, horta e lixo; este último, por exemplo – cujo destino era demanda daquela comunidade e do trabalho desenvolvido na escola (conscientização da população) e exigência de movimentos reivindicativos – resultou, por parte da prefeitura, primeiro na construção de depósitos de lixo, depois no seu escoamento por meio de veículo da prefeitura disponibilizado para tal fim.

Um outro aspecto mencionado especificamente pelos pais de alunos foi o despreparo dos professores. A escola municipal Parigot de Souza abrigava 360 alunos distribuídos do pré à 8ª série do ensino fundamental. Ao todo são 19 professores, uma diretora e uma supervisora educacional. Desses, apenas quatro professores são efetivos, os demais são contratados anualmente pela prefeitura. Todos os professores vêm da própria comunidade

Eliane Brenneisen

ou das comunidades vizinhas, ou seja, todos provêm da área rural e na prática conhecem a realidade em que atuam; no entanto, poucos têm qualificação. Dos sete professores entrevistados, apenas dois possuíam o ensino superior, os demais estavam cursando o normal superior, a distância, por meio de fitas de vídeo.

A situação do quadro funcional dessa escola não é diferente das demais escolas rurais e, nesse caso específico, havia uma expectativa de que a assessoria, constituída pelos professores da Unioeste, muitas vezes com carga horária destinada ao projeto bastante reduzida – devido a outras atividades de ensino e pesquisa que eles possuem na universidade – desse conta de resolver dificuldades na formação pedagógica desses professores. Um outro aspecto apontado foi a substituição de professores no projeto, a rotatividade mencionada por eles, o que se deve ao fato de o *campus* do município de Francisco Beltrão ter sido muito recentemente incorporado à Unioeste e, por isso, parte de seu corpo docente está em processo de qualificação, afastando-se temporariamente da instituição para cursar pós-graduação.

Aquilo que se identificava como falta de assessoria também se relacionava a uma determinada concepção do trabalho a ser desenvolvido por meio das assessorias. Ou seja, os agentes da Assesoar envolvidos no projeto e os professores da Unioeste concebem a intervenção no campo educacional de maneira diferenciada, aspecto que tem provocado uma relação tensa entre ambas as instituições participantes do projeto. Essas divergências não são desconhecidas da comunidade, dos professores e dos diretores da escola e demais instituições participantes, ou seja, isso não se dá de forma velada, pelo contrário, são discutidas abertamente. Assistimos a uma assembléia da Assesoar em que a continuidade ou não do convênio com a Unioeste estava sendo

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

discutida, justamente por conta dessas divergências.¹⁸ Mesmo sem serem essas divergências veladas, elas ainda não chegam à comunidade de maneira transparente, ou seja, a comunidade e os professores desconhecem suas motivações mais profundas, as quais se relacionam a uma certa concepção metodológica do trabalho a ser levado adiante pelas assessorias. Concepções essas que, por sua vez, possuem uma determinada fundamentação teórica.

Antes de entrarmos propriamente no cerne das divergências, é necessário conhecer, ainda que em linhas gerais, como se estrutura o trabalho de assessoria desenvolvido pelos professores da Uniãoeste. A equipe reúne-se uma vez por mês para planejamento e avaliação de um trabalho que se desenvolve na escola duas vezes por ano, chamado “Semana pedagógica de campo”, ocasião em que os temas definidos nas reuniões anteriores, em conjunto com a comunidade e os professores, portanto, de acordo com suas demandas, são debatidos. Do mesmo modo, há acompanhamento da assessoria quando os professores se reúnem para o planejamento anual de suas atividades. Os encontros com professores da escola para estudo também ocorrem em outras ocasiões. Da mesma maneira que sucede com os dois encontros anuais, nessas reuniões para estudo os professores e a direção da escola são consultados previamente acerca das necessidades pedagógicas, definindo-se posteriormente os temas a serem trabalhadas nas oficinas. No decorrer das oficinas, reserva-se, inicialmente, um espaço para a fundamentação teórica seguido de atividades práticas.

Esse trabalho, apenas explicitado aqui em linhas gerais, é considerado, pela Assesoar, insatisfatório, sobretudo se for considerada a formação, que é insuficiente dos professores que atuam na escola

¹⁸ 19ª Assembléia Geral da Assesoar, mar. 2004.

Eliane Brenneisen

rural. O depoimento de um agente da Assesoar, embora longo, é contundente a esse respeito:

Com a Unioeste houve a seguinte tensão no trato dos temas geradores, por exemplo a Assesoar quer abordar a relação de formação de professores com o processo pedagógico. Quando você assume um projeto político-pedagógico, ele tem uma certa diretividade, tem que ter, ele não é amorfo (...) Dependendo das pessoas que vinham da universidade, algumas achavam – Não, isso é interferência! – (...) mas a gente sabia que a abordagem de um tema do ponto de vista formal de uma teoria... nossos professores carecem desse aprendizado, de um domínio de um instrumental conceitual e teórico, e que muitas vezes eles se apropriam disso à medida que ajudam a construir um método apropriado. Nós chamávamos isso de acompanhamento e a Unioeste, de interferência. Isso gerava um descolamento em grande parte do trabalho. A presença de um profissional que atua, que é até um profissional com capacidade teórica para fazer a abordagem, não chega, não. Estar num evento geral para fazer uma fala para nós isso é insuficiente (...) É preciso que esse profissional tenha um tempo, e às vezes é um problema de estrutura, outras vezes é um problema de concepção, tenha um tempo para estar presente na escola, para junto estar percebendo quais as limitações do pedagógico, que outras abordagens de teoria têm que ajudar para que o pedagógico saia do lugar (...) O professor fazia até uma fala interessante, mas a escola ficava no mesmo lugar, isso sempre foi uma tensão entre Assesoar e Unioeste, na forma de como encaminhar. A gente dizia que nós não vamos fazer pelo professor, mas temos que estar junto até para ajudar a perceber e problematizar o pedagógico dele, porque às vezes ele não dá conta de que é contraditório aquilo que ele faz, então tinha que alguém ajudar e dizer – Esse teu pedagógico aqui carrega uma outra abordagem (entrevista, 27/1/2005).

Esse depoimento é claro naquilo que se espera do trabalho da assessoria pedagógica: uma presença mais efetiva na escola. No entanto, essa presença, como concebida, é vista pelos professores da

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

Unioeste como interferência na autonomia organizacional da escola e por eles também considerada um controle sobre as atividades dos docentes. O depoimento de uma professora da Unioeste é igualmente esclarecedor quanto aos posicionamentos divergentes:

A Assesoar acha que devemos entrar em sala de aula, acha que tem que falar o que o professor deve fazer, acha que a interferência tem que ser maior e nós aqui que estudamos de outra forma, nós sabemos que tem que ser uma construção do professor. Ele tem que entender a problemática dele, refletir sobre ela, buscar conhecimento para poder mudar a prática, porque se eu for lá e falar ‘faça desse jeito’, não vai mudar sua prática. Essas contradições vieram à tona, na última reunião afloraram e nós estamos assim...(…) Eles sempre acham que a universidade só vem com teoria (entrevista, 26/3/2003).

Os depoimentos aqui referidos nos dão conta de que as divergências não são apenas metodológicas, mas teóricas, além de demonstrar que as duas instituições pautam-se por lógicas diferentes, apresentando dificuldades na condução de um trabalho conjunto. A lógica de um movimento social, de uma ONG, é muito mais política, apoiada no trabalho voluntário e militante. A lógica da universidade determina-se por uma concepção teórica e por um compromisso com a construção do conhecimento, o que leva muitas vezes esses agentes a caracterizarem as instituições como eminentemente teóricas, como se viu no depoimento anteriormente citado. Associada a lógicas diferenciadas, há uma distância na disponibilidade de tempo para a condução do trabalho das diferentes entidades envolvidas, além do caráter relativamente lento, abstrato, inerente à construção do conhecimento, como assinala a professora entrevistada:

Os funcionários da Assesoar têm todo o dia para desenvolver seu trabalho, nós não temos, no meu caso tenho três horas semanais. Na sexta-feira mesmo estive lá o dia todo das 8 às 17 horas, então trabalhamos muito mais do que o estipulado. Não é um projeto

Eliane Brenneisen

de extensão da universidade, são professores que dedicam horas. Somos professores que nos dedicamos ao projeto. O trabalho que a gente mostra não é palpável em si, é uma construção (entrevista, 26/3/2002).

O trabalho de assessoria pedagógica, além dos aspectos apontados e da já mencionada insuficiente formação dos professores da escola, esbarra também na mudança anual no seu quadro de professores, uma vez que apenas quatro deles são efetivos, os demais, como já observado, são contratados temporariamente pela Prefeitura. Esse fato dificulta qualquer trabalho de formação, o qual pressupõe continuidade. Os professores contratados nem sempre são os mesmos do ano anterior, assim, a cada ano significa recomeçar um trabalho que deveria ser construído de maneira sucessiva.

No que se refere à metodologia *temas geradores* também há um certo desencontro entre os envolvidos no projeto, principalmente no tocante à maneira como são trabalhados, sem o devido preparo. Para os professores, para a direção da escola e para os pais, como foi visto, faltou assessoria; para a Assesoar, o assessoramento deveria dar-se de outra maneira; para os professores da Unioeste, não há compreensão dessa metodologia por parte dos envolvidos, a qual tampouco fora construída pelo grupo. Quando os problemas surgem, julgam que faltou assessoria. O depoimento de uma professora dessa instituição resalta esses aspectos: “A Assesoar coloca que o PVR está fragmentado, que perdeu aquela utopia inicial, então tado, que perdeu aquela utopia inicial, então eu pergunto -Aquilo era só entusiasmo? – Ele não se fragmentou, ele não foi é construído!” (entrevista, 26/3/2002).

Em meio a essas vozes dissonantes, cuja análise mais detalhada demandaria um espaço maior que os limites deste artigo, não se pode esquecer das responsabilidades do Estado em todo esse processo. A própria organização do projeto “Vida na Roça” deve-

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

se à insuficiente presença do Estado no atendimento das demandas da agricultura familiar. No caso específico do campo educacional, a responsabilidade pela educação rural, pela admissão de professores qualificados e concursados, pela formação dos professores, assistência à escola e demais acompanhamentos é da Prefeitura. Independente do estabelecimento de convênios, cabe ao município a responsabilidade sobre esses aspectos, o que não necessariamente o dispensaria de buscar parcerias com os movimentos populares, ONGs e instituições universitárias para o cumprimento das funções que são de sua competência. O que não poderia acontecer é a ocorrência de uma inversão na “ordem das coisas”, como está ocorrendo, ou seja, a Prefeitura está repassando responsabilidade que é sua para a assessoria pedagógica, formada por professores da Unioeste. Se as relações estabelecidas entre a Assesoar e a Unioeste tornam-se conflituosas, como observado, pelo menos em determinados aspectos, as relações entre a Prefeitura e a Assesoar são de uma complexidade e amplitude significativamente maiores, principalmente porque assentadas em relações político-partidárias.

A compreensão desse relacionamento tenso nos remete à maneira como se desenha a questão partidária na comunidade de Jacutinga, historicamente dividida entre dois partidos, desde tempos remotos, quando, durante o regime de exceção, se constituíram dois partidos políticos: a Arena e o MDB. Com o processo de abertura política e o restabelecimento da ordem democrática, esses agrupamentos, como se sabe, deram origem a outros partidos, como também foi criado o Partido dos Trabalhadores a partir da organização sindical e da organização de movimentos sociais. Assim a comunidade encontra-se dividida no que se refere à escolha de suas agremiações partidárias e também na atribuição do voto nos períodos eleitorais. No entanto, essas divergências tornam-se veladas quando se trata dos interesses mais imediatos

Eliane Brenneisen

da comunidade, como aconteceu por ocasião da organização do projeto “Vida na Roça”, o qual foi articulado com o envolvimento da comunidade como um todo, mesmo existindo uma minoria que não participa, seja por questões partidárias, seja por opção pessoal, como pudemos constatar nas entrevistas realizadas junto aos agricultores dessa comunidade. Essa divisão partidária chega à escola por ocasião das eleições para a direção e também no que diz respeito à metodologia de ensino escolhida pela comunidade, isso dependendo do partido político que ocupa naquela ocasião o paço municipal.

Desde o início, quando se começou a delinear a idéia de um projeto voltado para o campo, a Assesoar, em conjunto com o sindicato de trabalhadores rurais e a comunidade de Jacutinga buscou junto à Prefeitura meios para a viabilização de uma “Casa Familiar Rural”. Como visto no início deste trabalho, as relações já se apresentavam tensas, tendo, naquela ocasião, a gestão municipal optado por construí-la em uma outra comunidade. Justamente por isso é que se pensou em um projeto específico viabilizado por meio de parcerias. No entanto, durante o primeiro ano do projeto (1996), como também já mencionado, a prefeitura municipal e suas secretarias não se haviam incorporado ao projeto. Somente na gestão seguinte (1997-2000) é que foi possível o estabelecimento de um convênio com as Secretarias da Educação, da Saúde e da Agricultura e de uma relação de diálogo relativamente satisfatória entre a prefeitura e a Assesoar. Porém, com as eleições municipais de 2001, vencidas pela oposição àquela gestão, as relações voltaram a ficar tensas. Num primeiro momento a nova gestão deu continuidade aos projetos que estavam em andamento, mas pouco a pouco foi deixando de realizar uma participação mais efetiva, inclusive em relação à formação de professores. Em virtude disso, desta vez, consta como ponto de pauta na Assembléia anual de 2005 da Assesoar a permanência ou não do

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

convênio estabelecido com a Prefeitura, convênio cuja amplitude na atualidade se estende para além da comunidade de Jacutinga, tendo se transformado, no ano de 2004, no *Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável “Vida na Roça” para o Município de Francisco Beltrão*, de abrangência municipal.

O quadro é bastante complexo e inerente a um projeto construído a muitas mãos e organizações de natureza diversa sob hegemonia de uma delas, como é o caso da Assesoar. Talvez justamente por isso, entre outros aspectos já mencionados, os envolvidos tenham encontrado dificuldades na busca de alternativas ao que se convencionou chamar de “crise dos temas geradores”. No mês de abril de 2004, a questão fora levada a reuniões destinadas a discutir sua manutenção e a comunidade envolvida – pais de alunos, professores e direção da escola –, na falta de opções consideradas viáveis, decidiu pela continuidade da referida metodologia na escola.

Considerações finais

As articulações locais entre os diversos atores sociais públicos e privados, por meio de suas respectivas instituições, visando a promoção do desenvolvimento, é um caminho permeado por nuances de matizes diversos como os apresentados neste trabalho. Além disso, os aspectos aqui abordados demonstram que uma das condições para se pensar o desenvolvimento é a de abrir mão de soluções homogeneizadoras ou únicas para todo o território nacional dadas as especificidades locais.

Não obstante a complexidade do quadro apresentado, por meio das entrevistas realizadas na comunidade, foi possível constatar que o desenvolvimento do projeto “Vida na Roça” possibilitou aos moradores da comunidade de Jacutinga sobretudo uma revalorização da vida no campo, a reelaboração de novas identidades, além de reforçar a sensação de pertencimento à comunidade, algo que já

Eliane Brenneisen

estava presente, ainda que embrionariamente, em suas histórias comuns e laços de parentesco construídos ao longo dos anos. Nos limites deste artigo, esses aspectos não foram objeto de uma abordagem específica, no entanto, aparecem de maneira implícita ao longo do texto. Uma menção a eles se faz necessária, sobretudo porque o meio rural tem sido identificado historicamente como sinônimo de atraso e o homem que nele vive, desqualificado como um elemento rude, caipira, entre outros adjetivos. Com o advento do projeto, a própria comunidade passou a valorizar ainda mais a vida rural, a ver a si própria com espelhos diferentes dos de outrora, identificando o local em que vive como espaço propício a uma melhor qualidade de vida e onde se poderia viver e criar seus filhos de maneira mais tranqüila e saudável.

Essa visão da comunidade sobre si mesma e a revalorização da sua vida foram propiciadas por um conjunto de ações desenvolvidas com a sua participação, em especial aquelas realizadas no âmbito econômico, ambiental e educacional. Tais ações, como vimos, foram pautadas por um ideário de sustentabilidade e possibilitaram um processo de reconversão produtiva por parte das famílias e a aquisição de meios de comercialização de maneira mais autônoma, como, por exemplo, os obtidos mediante a feira livre de produtos ecológicos; ações essas que, mesmo enfrentando dificuldades organizacionais para empreendimentos dessa natureza, criam oportunidade para iniciativas de agroindustrialização em pequena escala. Além disso, a realização de ações de maneira entrelaçada, abarcando os três campos – econômico, ambiental e educacional –, ainda permitiu o desenvolvimento de conhecimentos específicos sobre o meio rural e que vieram ao encontro das demandas da comunidade.

Entretanto, obstáculos se interpuseram nesse processo, levando o projeto a um impasse tanto no que se refere à busca de novas alternativas metodológicas – diante do esgotamento dos *temas*

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

geradores e das dificuldades para aperfeiçoar as já utilizadas – como também em relação às divergências conceituais e aquelas propriamente político-partidárias observadas entre os parceiros do projeto. Os desdobramentos dos conflitos ocorridos em função das divergências apresentadas, tanto no que diz respeito à instituição de ensino superior, como à Prefeitura Municipal, são, ainda, uma incógnita. Desses desdobramentos depende o futuro do projeto, na comunidade estudada e também nas demais comunidades rurais, uma vez que esse projeto-piloto, como visto, dera origem a um projeto de âmbito municipal. Resta, agora, aos envolvidos – a comunidade de Jacutinga e as entidades parceiras – o exame minucioso dos obstáculos que se apresentaram no decorrer da experiência vivida, redefinindo, democraticamente, os caminhos a serem seguidos.

Referências bibliográficas

- Abramovay, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento territorial. *Economia Aplicada*. volume 4, n. 2, abr./jun., 2000.
- Abramovay, Ricardo et al. Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores. XLI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora, MG, jun. 2003.
- Almeida, Jalcione. A busca da autonomia na agricultura: estratégias, limites e possibilidades. *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre, v. 6, 1996.
- _____. A construção social de uma nova agricultura. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.
- Assesoar. Projeto Vida na Roça. Francisco Beltrão, v. 1, 1996.
- _____. Projeto Vida na Roça. Trabalho, tecnologia e qualidade de vida. Francisco Beltrão, v. 2, 1997.
- Brandenburg, Alfio; Ferreira, Ângela Duarte Damasceno. Reconstrução da ruralidade e desenvolvimento socioambiental. VI Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia Rural, Alasru. Porto Alegre, 2002.

Eliane Brenneisen

- Brenneisen, Eliane. O MST e os assentamentos rurais no oeste paranaense: encontros e desencontros na luta pela terra. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 12, n. 1, abril de 2004.
- Brumer, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 12(1): 360, jan.-abr. 2004.
- Ferreira, Angela Duarte Damasceno. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 18, abril de 2002.
- Freire, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- Furtado, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- García, Bernardino da Mata. Dez componentes para “armar” outro desarrollo rural. In: García, Bernardino da Mata (org.). *Agricultura y desarrollo rural compatible*. México: Universidade Autónoma Chapingo, 1998.
- Hickey, Sam ; Mohan, Giles. Relocating Participation within a Radical Politics of Development: Critical Modernism and Citizenship. In: Hickey Sam; Mohan Giles; (orgs). *Participation: from tyranny to transformation? Exploring new approaches to participation in development*. London: Zed books, 2004.
- Gomes, Iria Zanoni. 1957. *A revolta dos posseiros*. Curitiba: Criar, 1987.
- Lamarche, Hugues (coord.) *Agricultura familiar: 2. Do mito à realidade*. Campinas: Unicamp, 1998.
- Leal, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 4 ed. São Paulo: Alfaômega, 1978.
- Martins, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. *O poder do atraso. Ensaio de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- Navarro, Zander. *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 16, n. 43, dez. 2001.

“Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural

- Reis, Elisa. Mudança e continuidade na política rural brasileira. Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.
- Sacks, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho. Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- Schneider, Sérgio. Agricultura familiar e industrialização. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.
- _____. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- Sen, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Veiga, José Eli da. A face rural do desenvolvimento sustentável. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.
- Veiga, José Eli da; Abramovay, Ricardo; Ehlers, Eduardo. Em direção a uma agricultura mais sustentável. In: Wagner Ribeiro (org.) Patrimônio ambiental brasileiro. São Paulo: Edusp, 2003.
- Veiga, José Eli da. O principal desafio do século XXI. In: Revista Ciência e Cultura, ano 57, n. 2, abril-junho 2005a.
- _____. Desenvolvimento sustentável e o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005b.
- _____. Do Global ao local. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005c.
- _____. O prelúdio do desenvolvimento sustentável. In: CAVC, Economia Brasileira: Perspectivas do desenvolvimento, 2006a.
- _____. Apresentação. Territórios para um desenvolvimento sustentável. Ciência e Cultura, vol.58, n. 1, São Paulo, jan./mar., 2006b.

BRENNEISEN, Eliane. "Vida na Roça": um projeto multidimensional de desenvolvimento rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro 2005, vol 13 no. 2., p. 230-279. ISSN 1413-0580.

Resumo: O objetivo deste artigo é o de resgatar aspectos de um projeto comunitário de desenvolvimento rural sustentável nas dimensões econômica, ambiental e educacional. O artigo procura mostrar as mudanças verificadas no ambiente sociopolítico comunitário, ao mesmo tempo que salienta os obstáculos políticos, organizacionais e metodológicos que se interpuseram no decorrer da experiência estudada.

Palavras-chave: desenvolvimento rural sustentável, meio ambiente, educação rural.

Abstract: ("*Vida na Roça*". *A Multidimensional Project for Rural Development*). This article aims to capture the economic, educational and environmental dimensions of a community project for rural development. It shows the changes observed in the community's socio-political environment, while highlighting the political, organizational and methodological obstacles that have intervened in the execution of the study under scrutiny.

Key words: sustainable rural development, environment, rural education.